



# FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - FIDI

CNPJ: 55.401.178/0001-36



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Valores expressos em reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	113.663.787	89.731.630	Compra financiada de ativos	13	673.916	1.359.274
Valores a receber	8	40.664.415	35.797.772	Fornecedores e outras contas a pagar	14	32.884.976	29.936.160
Adiantamentos		597.716	779.608	Recursos em investimentos PMSP, SES-GO e outros		71.758	81.929
Estoques	9	971.676	859.870	Receita diferida	12	1.332.899	2.922.730
Despesas antecipadas e outros créditos		355.730	165.639	Obrigações fiscais (retenções a recolher)		1.256.150	1.577.632
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>156.253.323</b>	<b>127.334.519</b>	Salários, encargos e contribuições	15	6.988.114	5.882.518
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				Provisões de férias e encargos		14.086.620	8.344.545
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>				<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>57.294.433</b>	<b>50.104.788</b>
Depósitos bancários		6.675.308	6.005.525	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Contrato de Mútuo - Coligadas		4.000.000	-	Compra financiada de ativos	13	2.814.550	889.245
Juros a amortizar		390.592	21.101	Receita diferida	12	347.651	1.529.042
Depósitos judiciais	16	3.050.244	1.871.541	Provisões	16	33.048.424	32.227.544
<b>TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>14.116.143</b>	<b>7.898.167</b>	<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>36.210.625</b>	<b>34.645.831</b>
<b>INVESTIMENTOS E IMOBILIZADOS</b>				Patrimônio social	17	91.909.741	39.453.977
Investimentos permanentes	10	14.464.646	11.607.812	Ajuste de avaliação patrimonial		630.423	630.423
Imobilizado da FIDI	11	17.208.063	23.154.606	Superávit (déficit) do exercício	24	19.616.847	52.455.764
Intangível da FIDI	11	2.174.655	3.265.085	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>112.157.011</b>	<b>92.540.164</b>
Ativo fixo do SEDI I	12	1.387.679	3.623.652				
Ativo fixo do SEDI III	12	-	-				
Ativo fixo da SES-GO	12	57.560	406.942				
Ativo fixo da SMS-SP	12	-	-				
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>49.408.746</b>	<b>49.956.264</b>				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>205.662.069</b>	<b>177.290.783</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>205.662.069</b>	<b>177.290.783</b>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Valores expressos em reais - R\$)

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit (déficit) acumulado	Superávit (déficit) do exercício	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>27.055.073</b>	<b>630.423</b>	-	<b>12.398.904</b>	<b>40.084.401</b>
Incorporação do déficit anterior e do déficit acumulado	-	-	-	(12.398.904)	-
Superávit do período	-	-	-	52.455.764	52.455.764
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>39.453.977</b>	<b>630.423</b>	-	<b>52.455.764</b>	<b>92.540.164</b>
Incorporação do déficit anterior e do déficit acumulado	-	-	-	(52.455.764)	-
Superávit do período	-	-	-	19.616.847	19.616.847
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>91.909.741</b>	<b>630.423</b>	-	<b>19.616.847</b>	<b>112.157.011</b>

Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Valores expressos em reais - R\$)

	Em 31 de dezembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016	% de distribuição	% de distribuição
<b>Receitas</b>	<b>305.330.456</b>	<b>313.607.761</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Receita bruta de serviços prestados	310.018.694	311.058.570	77%	60%
Deduções da receita (glosas)	(703.587)	(615.746)	55%	43%
Provisão para devedores duvidosos (constituição / reversão)	(5.098.681)	178.629	11%	8%
Reembolso de despesas	-	(175)	11%	8%
Outros resultados	1.114.031	2.986.483	0%	0%
<b>Custo operacional dos serviços</b>	<b>(160.254.632)</b>	<b>(152.310.571)</b>		
Materiais, energia, comunicação e outras despesas operacionais	(33.432.034)	(33.110.426)		
Perda (recuperação) de valores ativos	(758.095)	(2.799.780)		
Consultoria, manutenção técnica, seguros e demais serviços de terceiros	(57.304.271)	(51.793.208)		
Honorários médicos e técnicos	(68.760.232)	(64.607.157)		
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>145.075.824</b>	<b>161.297.190</b>		
<b>Retenções</b>	<b>(8.496.281)</b>	<b>(9.399.600)</b>		
Depreciação / amortização	(8.496.281)	(9.399.600)		
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>136.579.543</b>	<b>151.897.590</b>		
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>13.573.065</b>	<b>16.903.076</b>		
Receitas financeiras	10.716.232	11.328.929		
Resultado de equivalência patrimonial	2.856.833	5.574.147		
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>150.152.608</b>	<b>168.800.666</b>		
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>150.152.608</b>	<b>168.800.666</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
<b>Pessoal e encargos</b>	<b>114.965.565</b>	<b>100.679.235</b>	<b>77%</b>	<b>60%</b>
Remuneração do trabalho	82.649.586	72.568.586	55%	43%
Programa de benefícios a empregados	16.479.693	14.007.294	11%	8%
Encargos sociais	15.836.286	14.103.354	11%	8%
<b>Sociedade</b>	<b>41.766</b>	<b>184.990</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>
<b>Governo</b>	<b>410.754</b>	<b>591.202</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>
<b>Juros e aluguéis</b>	<b>15.117.676</b>	<b>14.889.476</b>	<b>10%</b>	<b>9%</b>
Encargos financeiros	723.371	895.164	0%	1%
Aluguéis	14.394.305	13.994.312	10%	8%
<b>Superávit reinvestido nas atividades sociais</b>	<b>19.616.847</b>	<b>52.455.764</b>	<b>13%</b>	<b>31%</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

**1. CONTEXTO OPERACIONAL E DESEMPENHO NO ANO:** A Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem (FIDI) ("Entidade") é uma fundação privada sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, registrada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo na Avenida Paulista, 1294, 21º andar e cuja atividade preponderante ocorre na área de saúde, conforme o artigo 3º do Estatuto Social. A Entidade é detentora dos seguintes títulos: Utilidade Pública Estadual (UPE), Utilidade Pública Municipal (UPM), Certificada de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS); e qualificada como Organização Social de Saúde do Município e do Estado de São Paulo, do Município de São Caetano do Sul e do Estado de Goiás. A Entidade tem por finalidade o aperfeiçoamento de técnicas médicas no campo de diagnósticos por imagem, colaborando, no Brasil e no exterior, com institutos educacionais, universidades, instituições públicas e privadas, em programas de desenvolvimento tecnológico na área da medicina, bioengenharia, engenharia hospitalar, técnicas administrativas, operacionais, de pesquisa básica e clínica e assistência médica à comunidade. Para o alcance das suas finalidades, é permitido à Entidade: • Realizar, na área médica, atividades de apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, isoladamente ou em conjunto com instituições de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica, públicas ou privadas, no Brasil ou no exterior, em colaboração, principalmente, com o Departamento de Diagnóstico por Imagem da Universidade Federal de São Paulo (DDI-UNIFESP); • Contribuir para o aperfeiçoamento do ensino e das técnicas médicas relacionadas ao diagnóstico por imagem, colaborando, no Brasil e no exterior, com entidades educacionais, universidades, instituições públicas e privadas em programas de desenvolvimento tecnológico nas áreas da medicina, bioengenharia, engenharia hospitalar, técnicas administrativas, operacionais, de manutenção, de pesquisa básica e clínica e assistência médica à comunidade; • Colaborar para a manutenção do Departamento de Diagnóstico por Imagem, da Universidade Federal de São Paulo (DDI-UNIFESP), dos hospitais, ambulatórios de pesquisa, clínicas, dispensários e órgãos de natureza correlata, cujas atividades resultem, ainda que indiretamente, em proveitos de ordem científica, didática ou assistencial; • Colaborar para a manutenção de leitos e serviços hospitalares gratuitos, para uso público, sem distinção de raça, credo ou religião; • Patrocinar o desenvolvimento de novos produtos e equipamentos, sistemas, softwares e processos relacionados ao diagnóstico por imagem; • Prestar apoio técnico, científico, financeiro, operacional, ou de qualquer outra natureza a programas de assistência técnica-hospitalar; • Promover assessoramentos técnicos, científicos, assistenciais e de outras naturezas na área de diagnóstico por imagem; • Difundir o conhecimento, por meio do patrocínio ou promoção de atividades técnicas, científicas e culturais, a exemplo de cursos, congressos, simpósios, estudos e edição de publicações na área de diagnóstico por imagem; • Fomentar, em parceria com o Departamento de Diagnóstico por Imagem (DDI), da UNIFESP, a formação de recursos humanos, ministrando cursos, organizando e participando de eventos científicos na área de diagnóstico por imagem; • Conceder bolsas de estudos para pesquisas, estágios e auxílio a estudantes e pesquisadores que possam contribuir para a consecução dos objetivos estatutários; • Realizar, na área de saúde, atividades relacionadas a ensino e pesquisa científica e tecnológica, inclusive a ministrarção de cursos e a realização de simpósios, seminários e afins, isoladamente ou em conjunto com instituições de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica públicas ou privadas, no Brasil ou no exterior. A seguir, um quadro com as metas previstas totais de exames em comparação com os montantes realizados:

	Previsto	Realizado
<b>Contrato</b>		
Sedi 1	1.069.098	922.319
Sedi 3	1.093.304	1.000.337
SMS-SP	1.853.955	1.677.526
SES-GO	439.200	381.785
Diadema	240.840	190.625
São Caetano do Sul	208.572	208.669
IAMSPE	379.236	363.092
HSPM	143.400	135.841
<b>Total</b>	<b>5.427.605</b>	<b>4.880.194</b>

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As demonstrações financeiras referem-se individualmente à Entidade, tiveram autorização de emissão por órgão da administração em 08 de março de 2018. Para elaborar tais demonstrações financeiras, primordialmente, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/07, que alterou artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e à divulgação de informações contábeis. As demonstrações financeiras foram elaboradas em observância aos Princípios de Contabilidade (PCs) e estão em conformidade com todos eles. Tais Princípios de Contabilidade (PCs) são instituídos no Brasil pela Resolução CFC nº 2016/NBCTSP/CC. Além das mencionadas regulamentações, foram levadas em conta as características qualitativas da informação contábil, dispostas na Resolução CFC nº 1.374/11, a qual aprova a NBC TG – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro; a Resolução nº 1.376/11, que trata da NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; demais Pronunciamentos, Orientações e Interpretações aplicáveis à Entidade e emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); e as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, notadamente a Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros. **3. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL (RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 – ITG 2000) E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.486/14:** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem o evidenciamento fatos e a prática de atos administrativos. A Entidade mantém escrituração contábil por filiais as quais representam os contratos de gestão que exigem tal individualização de escrituração. As transações entre matriz e as filiais da Entidade relacionam-se aos aportes de caixa e equivalentes de caixa que a matriz faz nos contratos quando há desequilíbrio financeiro. Quando determinado contrato antes beneficiado por um aporte de recursos da matriz volta a ter equilíbrio financeiro, os recursos são retornados à matriz. As contas recíprocas relativas a tais transações entre matriz e as filiais são eliminadas no processo de preparação das demonstrações financeiras, conforme indica a Resolução CFC nº 1.330/11, que aprovou a ITG 2000 – Escrituração Contábil. Despesas que não podem ser atribuídas diretamente a determinada filial são contabilizadas na matriz, procedendo deste também de acordo com a mencionada norma. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, após terem sido aprovadas pela Curadoria de Fundações (Ministério Público). Além disso, a Entidade, conforme preconiza a Instrução Normativa RFB nº 1.420, de 19 de dezembro de 2013, alterada pelas Instruções Normativas RFB nºs 1.486, 1.510 e 1.594, de 13 de agosto de 2014, 5 de novembro de 2014 e 1º de dezembro de 2015, respectivamente, adota a Escrituração Contábil Digital (ECD), para fins fiscais e previdenciários, nos prazos estabelecidos nas

citadas Instruções Normativas. **4. DOCUMENTAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL (RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 – ITG 2000) E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.486/14:** A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS RELEVANTES E ESPECÍFICAS ADOPTADAS: Bases da preparação das demonstrações financeiras –** A elaboração das demonstrações financeiras foi feita sob o pressuposto da continuidade das atividades sociais da Entidade. A mensuração das transações foi feita sob o regime de competência e à luz do custo histórico como base de valor, custo amortizável e valor justo quando aplicáveis. Não havia, na Entidade, ativos mensurados pelo método da reavaliação até a data em que este instrumento foi legalmente proibido no Brasil. Todas as contas estão apresentadas ao valor presente das respectivas datas de encerramento das demonstrações financeiras e refletem as mudanças da moeda ao longo dos períodos. Todos os ativos estão apresentados mensurados ao seu valor de realização e, quando cabível, foram reduzidos a esse valor de acordo com as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para tratar o assunto. Para mensurar os passivos, a Entidade fez uso das melhores estimativas que levam em consideração as perspectivas de saídas de fluxos de caixa para liquidação das obrigações. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos –** As estimativas e os julgamentos contábeis críticos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em expectativas de eventos futuros para os quais a Entidade elabora suas estimativas. O uso de estimativas para mensurar as transações leva em consideração aspectos objetivos, mas, também, faz uso da elaboração de cenários futuros por parte da administração. Tais cenários constituem fontes de incerteza quanto aos valores de entradas e de saídas de recursos que só serão efetivamente conhecidos nas respectivas datas de realização financeira. Entretanto, a administração não espera grandes distorções quando do desfecho das transações. **Conjunto completo de demonstrações financeiras –** Conforme estabelece a Resolução CFC nº 1.376/11, a qual aprovou a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Entidade apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras, a saber: i) balanço patrimonial; ii) demonstração do resultado do período; iii) demonstração das mutações do patrimônio social; iv) demonstração dos fluxos de caixa; e v) demonstração do valor adicionado. A Entidade, em cumprimento à Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 – Entidade Sem Finalidade de Lucros, adequou algumas nomenclaturas adotadas na NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis para refletir o contexto das entidades sem finalidade de lucros. Na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, a Entidade aplicou a Resolução CFC nº 1.236/10, que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. De acordo com a Resolução CFC nº 1.138/08, que aprovou a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a Entidade está desobrigada de elaborar tal demonstração. Entretanto, como forma de evidenciar a criação de valor (ou não) e sua distribuição aos agentes econômicos, e por entender que tal peça contábil é bastante adequada ao contexto social em que está inserida, a Entidade apresenta aqui a demonstração do valor adicionado. Conforme estabelece a Resolução CFC nº 1.376/11, a qual aprovou a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, as empresas devem elaborar, quando aplicável a elas, a demonstração de outros resultados abrangentes. Não foi apresentada tal demonstração pela Entidade, uma vez que não ocorreram transações consideradas como sendo classificadas como outros resultados abrangentes nos períodos compreendidos pelas demonstrações financeiras da Entidade. Para a elaboração das notas explicativas, a Entidade observou todas as normas mencionadas acima, bem como demais normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **Análise das despesas –** Conforme facilita a Resolução CFC nº 1.376/11, a qual aprovou a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Entidade optou por apresentar a análise de suas despesas pelo método da natureza dos dispendios e do vínculo, no corpo da demonstração do resultado do período, em três categorias funcionais dentro da organização, a saber: custo dos serviços prestados; despesas administrativas e outras despesas (receitas) operacionais; e despesas e receitas financeiras. **Gestão de riscos –** A Entidade está sujeita aos seguintes riscos: **a) Risco de crédito:** A Entidade mantém suas aplicações financeiras em instituições financeiras de credibilidade reconhecida no país, com o intuito de minimizar riscos de crédito. Para o risco de inadimplência com clientes, a Entidade efetua provisões para ajustar os valores dos seus ativos financeiros ao seu valor de recuperação. **b) Risco de liquidez:** Corresponde ao risco de a Entidade não dispor de recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos, quer seja em decorrência de descasamentos de prazos, quer seja por volume de recebimentos esteja inferior ao de pagamentos previstos. Para administrar esse risco, a Entidade estabelece premissas de desembolsos e de recebimentos previstos e monitora diariamente as transações. **c) Risco político:** Uma vez que a Entidade trabalha integralmente para o setor público, está, portanto, sujeita a riscos de mudanças das políticas públicas. **Gestão do patrimônio social –** Os objetivos da Entidade ao administrar seu patrimônio social são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para cumprir os objetivos sociais da organização. Para tanto, procura manter uma estrutura de recursos que seja suficiente para cumprir com as obrigações de curto prazo, fazendo uso de técnicas de gestão financeira e orçamentária. **Resumo das principais políticas contábeis específicas e relevantes da Entidade –** As principais e específicas políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas e as demais políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. Não são citadas as políticas que não sejam específicas da Entidade, sendo todas elas (específicas ou não) aplicadas pela Entidade em conformidade com todas as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **a) Perda do valor de recuperação de ativos financeiros:** A Entidade avalia, ao final de cada período de relatório, se há evidência objetiva de que os seus ativos financeiros estão deteriorados. A política contábil específica da Entidade é provisionar 100% das contas a receber de entes governamentais quando tais ativos alcançam a maturidade de um ano. **b) Ativos imobilizados e intangíveis da Fidi:** Estão registrados pelo custo histórico de aquisição ou valor justo como forma de recomposição do custo atribuído, conforme nota explicativa específica, sendo tal custo atribuído contabilizado contra a conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear, que leva em consideração as taxas determinadas de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, conforme também é demonstrado em nota explicativa dedicada ao tema. A política específica da Entidade é considerar que todos os ativos intangíveis têm vida útil-econômica definida. Uma vez por ano, a Entidade revisa as vidas úteis de seus ativos imobilizados, bem como os métodos de depreciação e amortização. Quando mudanças significativas são verificadas, a Entidade altera prospectivamente as vidas úteis dos ativos tratando a transação como mudança de estimativa contábil, conforme preconiza a Resolução CFC nº 1.179/09, que aprovou a NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. **c) Ativos fixos do SEDI I, do SEDI III, da SMS-SP e da SES-GO:** Representam os ativos não monetários obtidos por meio de subvenções governamentais para investimentos. Foram registrados pelo valor justo nas datas de obtenções das subvenções. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear, que leva em consideração as taxas determinadas de acordo com o prazo

Demonstrações do Resultado do período para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais - R\$)

	Nota explicativa	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<b>Receitas líquidas</b>	<b>18</b>	<b>309.315.106</b>	<b>310.442.650</b>
<b>Custos e despesas operacionais</b>			
<b>Custo dos serviços prestados</b>			
Salários e encargos		(103.398.361)	(89.492.543)
Serviços prestados - pessoa jurídica		(69.151.084)	(65.342.166)
Manutenção de equipamentos e locação		(48.394.713)	(49.622.752)
Despesas de comunicação		(3.109.379)	(2.719.900)
Material clínico hospitalar e outros	<b>9</b>	(18.051.940)	(17.526.487)
Depreciações e amortizações	<b>11 e 12</b>	(7.933.515)	(8.790.343)
Outros custos operacionais		(6.889.141)	(4.856.100)
		<b>(257.028.132)</b>	<b>(238.350.289)</b>
<b>Despesas administrativas e outras despesas (receitas) operacionais:</b>			
Salários e encargos		(11.002.431)	(10.773.949)
Depreciações e amortizações	<b>11 e 12</b>	(562.766)	(609.257)
Resultado de equivalência patrimonial	<b>10</b>	2.856.833	5.574.147
Outras despesas (receitas) administrativas, líquidas	<b>19</b>	(33.954.469)	(24.261.139)
		<b>(42.662.833)</b>	<b>(30.070.198)</b>
<b>Superávit (déficit) antes das despesas (receitas) financeiras</b>		<b>9.624.141</b>	<b>42.022.163</b>
Despesas financeiras		(723.526)	(895.328)
Receitas financeiras		10.716.232	11.328.929
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>24</b>	<b>19.616.847</b>	<b>52.455.764</b>

Demonstração dos Fluxos de Caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais - R\$)

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Superávit (déficit) do exercício	19.616.847	52.455.764
<b>Itens que não afetam o caixa e equivalentes</b>		
Depreciações e amortizações	10.920.486	14.228.263
Recuperação de depreciações, amortizações e despesas de ativos de subvenção	(2.424.205)	(4.828.665)
Custo na baixa de ativos tangíveis e intangíveis	198.616	33.437
Provisão (		

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - FIDI

8. VALORES A RECEBER

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Secretaria do Município de Saúde de São Paulo (SMS-SP) (a)	3.639.513	343.343
Secretaria do Município de Saúde de São Caetano do Sul - Prestação de Contas	-	1.160
Secretaria do Município de Saúde de São Caetano do Sul - Contrato de Gestão	1.207.437	4.700.000
IAMSPE	3.014.919	2.911.945
Secretaria do Município de Saúde de Diadema	1.671.296	923.828
Secretaria do Estado de Saúde de São Paulo (SES-SP)	45.198	111.338
Hospital do Servidor Público de São Paulo (HSPM)	-	2.212
Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (SES-GO) - custeio	23.195.994	18.738.950
Serviços a faturar (b)	12.749.778	8.138.135
Outros serviços a receber	312.500	400
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	(5.172.221)	(73.539)
	<b>40.664.415</b>	<b>35.797.772</b>

(a) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os montantes a receber da Secretaria de Saúde do Município de São Paulo estavam assim representados:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Contrato de gestão SMS - Região Centro-Oeste	955.182	30.845
Contrato de gestão SMS - Região Leste	687.335	193.918
Contrato de gestão SMS - Região Sudeste	1.285.999	34.035
Contrato de gestão SMS - Região Sul	710.997	84.545
	<b>3.639.513</b>	<b>343.343</b>

(b) Os serviços a faturar correspondem à prestação efetiva de exames radiológicos para os quais a Entidade foi contratada, conforme apontamento de produção de exames ou mensuração de contrato de gestão. O reconhecimento da receita deu-se pela observância do regime de competência, mas não houve, por conta de determinados clientes, nas datas das demonstrações financeiras, possibilidade de emissão dos correspondentes faturamentos, o que ocorre sempre no mês subsequente. (c) A administração da Entidade julgou necessário constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 5.172.221 em 31 de dezembro de 2016; R\$ 73.539, para cobrir prováveis perdas de valores a receber de clientes. Composição dos valores a receber por maturidade de vencimento:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Saldos a vencer	11.375.585	11.830.094
Saldos vencidos até 30 dias	3.896.865	4.392.006
Saldos vencidos de 31 a 60 dias	3.898.201	5.151.701
Saldos vencidos de 61 a 90 dias	3.781.245	4.317.573
Saldos vencidos de 91 a 180 dias	13.103.819	9.627.502
Saldos vencidos de 181 a 360 dias	4.608.700	470.521
Vencidos acima de 360 dias	5.172.221	8.375
	<b>45.836.636</b>	<b>40.664.415</b>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	(252.169)
Constituições no período	-	(2.620.617)
Reversões por baixa de títulos no período	-	2.799.246
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	(73.539)
Constituições no período	-	(5.856.776)
Reversões por baixa de títulos no período	-	758.094
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	(5.172.221)

9. ESTOQUES

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Materiais médico-hospitalares	814.610	761.004
Material administrativo	49.349	50.277
Material de escritório	107.717	48.589
	<b>971.676</b>	<b>859.870</b>

Os valores escriturados como custo de materiais médico-hospitalares, materiais administrativos e materiais de treinamento para os convênios do Ministério da Saúde (MS), na demonstração do resultado dos exercícios de 31 de dezembro de 2017 e 2016 são:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Materiais médico-hospitalares	(17.607.039)	(15.990.160)
Material administrativo	(444.901)	(1.536.327)
	<b>(18.051.940)</b>	<b>(17.526.487)</b>

Os valores escriturados como despesa de materiais de escritório, na demonstração do resultado dos exercícios de 2017 e 2016, são:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Despesa de estoque de material de escritório e outros	(1.072.220)	(557.438)

O movimento dos estoques entre os exercícios foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2016	Aquisições	Valor consumido	31 de dezembro de 2017
Materiais médico-hospitalares	761.004	(17.553.434)	17.607.039	814.610
Material administrativo	50.277	(445.829)	444.901	49.349
Material de escritório	48.589	(1.013.092)	1.072.220	107.717
	<b>859.870</b>	<b>(19.012.355)</b>	<b>19.124.160</b>	<b>971.676</b>

10. INVESTIMENTOS PERMANENTES: Em 26 de dezembro de 2013, o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB), tornou público, por meio do Edital de Concessão nº 5/2013, as condições de licitação, na modalidade de concorrência, com a finalidade de selecionar a melhor proposta para a celebração de contrato de concessão de serviço público, na modalidade de concessão administrativa, para gestão e operação de serviços de apoio ao diagnóstico por imagem durante onze anos e seis meses em doze unidades da rede própria da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB). Os serviços previstos são: a) radiologia convencional fixa; b) mamografia; c) tomografia computadorizada; e d) ressonância magnética. Para a consecução dos referidos serviços, a concessionária a: a) construir, reformar, adaptar, conservar e dar manutenção a todas as instalações necessárias à prestação dos serviços, inclusive a aquisição da Central de Imagem (CI); b) fornecer, conservar, dar manutenção e atualizar todos os equipamentos de imagem e equipamentos médicos; c) fornecer, conservar e dar manutenção ao mobiliário e a outros equipamentos de qualquer natureza necessários à prestação dos serviços; d) implantar, dar manutenção e atualizar os sistemas de informação necessários à gestão dos serviços para o armazenamento e arquivo das imagens, bem como as ferramentas necessárias para a emissão de laudos; e) disponibilizar data center e os serviços a ele associados. A concessionária é obrigada, também, a adquirir e disponibilizar todo e qualquer insumo, bem, equipamento ou material de consumo necessário à consecução das obrigações contratuais, exceto quanto aos insumos de energia elétrica, gases medicinais e água para os setores de biotecnologia, cujo fornecimento será obrigação da concedente. A Entidade, juntamente a seus parceiros, o Centro de Imagem Diagnóstico S.A. (Alliar) e a Philips Medical Systems Ltda. (Philips), formaram um consórcio para atendimento ao referido Edital, sagrando-se vencedores da concorrência pública. Tendo isso acontecido, os participantes do consórcio vencedor, em 11 de setembro de 2014, constituíram a Rede Brasileira de Diagnóstico S.P.E.S.A, empreendimento controlado em conjunto (Joint Venture) pela Entidade e seus parceiros. A Joint Venture é uma sociedade empresária, organizada sob a forma de sociedade por ações de capital fechado. Tem sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na avenida Estados Unidos, nº 258, edifício Cidade de Aracaju, sala 311, bairro do Comércio, podendo abrir filiais, se isso se fizer necessário. Tendo como objetivo estatutário e propósito específico a operação da concessão administrativa para gestão e execução dos serviços de apoio ao diagnóstico por imagem, em unidades da rede própria da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB), assim como constituir uma nova central de imagem a ser instalada ao longo da vigência e prazo de duração da concessão, a Joint Venture tem prazo de duração determinado e encerrará suas atividades após o término da vigência, sem prorrogação, do contrato de concessão administrativa, desde que não existam obrigações e deveres a cumprir e até que todos os direitos e responsabilidades inerentes ao objetivo e propósito específico tenham sido integralmente observados e assegurados. O capital social da Joint Venture, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 17.959.100, sendo R\$ 12.000.000 capital social inicial e R\$ 5.959.100 de aumento de capital conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de setembro de 2015, representado por 17.959.100 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A distribuição em reais e em percentuais do capital é aqui demonstrada:

	Quantidade de ações	%	Capital integralizado	%
Alliar	8.997.509	50%	8.997.509	50%
Fidi ("Entidade")	5.387.730	30%	5.387.730	30%
Philips	3.573.861	20%	3.573.861	20%
	<b>17.959.100</b>	<b>100%</b>	<b>17.959.100</b>	<b>100%</b>

O investimento mantido pela Entidade na Joint Venture é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, não sendo possível mensurar-lo a valor justo devido às limitações legais da concessão administrativa. A composição da equivalência patrimonial é como segue:

	No início	Resultado de 2017	Resultado acumulado em 2016	No fim
Patrimônio líquido da Joint Venture	17.959.100	9.767.429	20.733.608	48.215.486
Complemento de resultado de 2016 % da Entidade	-	(244.651)	-	-
	30%	30%	30%	30%
	<b>No início</b>	<b>Resultado de 2017</b>	<b>Resultado acumulado em 2016</b>	<b>No fim</b>
Investimentos da Entidade	5.387.730	2.856.833	6.220.082	14.464.646
Resultado apresentado	2.153.119	19.468.843	9.767.429	31.389.391
Complemento de resultado de 2015	-	(888.354)	-	(888.354)
Complemento de resultado de 2016 % da Entidade	-	-	(244.651)	(244.651)
	30%	30%	30%	30%
	<b>645.936</b>	<b>5.574.147</b>	<b>2.856.833</b>	<b>9.076.916</b>

Para a execução da concessão administrativa, a Entidade obriga-se a: a) executar o cronograma técnico de implantação da operação, assumindo a gestão das instalações e executando o atendimento nos setores de biotecnologia das unidades hospitalares assegurando a continuidade das atividades de exames; b) conectar a futura central de imagem a cada setor de biotecnologia à medida em que a infraestrutura for sendo gradativamente implantada; c) prover todo o aspecto técnico de radiologia e de infraestrutura; d) implantar o sistema de informação PACS/RIS, bem como atualizar softwares e hardwares empregados; e) implantar toda a rede lógica para suportar os serviços de apoio ao diagnóstico por imagem, inclusive o armazenamento das imagens; f) adquirir todos os equipamentos e licenças necessários ao sistema de informação PACS/RIS; g) elaborar e executar, em conjunto com os outros controladores, os planos de gestão, de contingência, de equipamentos de imagem e mobiliário (e manutenção de ambos), e de atuação; h) elaborar e executar os planos operacionais, de recursos humanos (recrutamento e gestão), de infraestrutura, dos sistemas tecnológicos, de qualidade e de sistema de informações. Para o cumprimento desses objetivos, a Entidade firmou com a Joint Venture um contrato de prestação de serviços que vigorará durante todo o prazo da concessão administrativa. O contrato prevê que a Entidade receberá pelos serviços prestados a quantia mensal de R\$ 156.250. O início das atividades foi no primeiro quadrimestre de 2015.

11. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL DA FIDI, AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

	Taxa anual de depreciação (média em %)	Custo histórico e atribuído	Provisão para deterioração de ativos	Depreciação acumulada	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
<b>Classe de ativos</b>						
Beneficentários em imóveis de terceiros	80	618.953	-	(522.589)	96.364	165.073
Veículos	14	165.471	-	(141.674)	23.797	34.450
Instalações	10	221.472	-	(152.063)	69.409	155.074
Equipamentos de radiologia	8	5.954.944	(93)	(3.953.226)	2.001.625	1.405.777
Equipamentos de processamento de dados	24	8.376.260	(4.195)	(7.093.150)	1.278.914	1.948.464
Móveis e utensílios	9	2.461.989	(534)	(1.718.413)	743.042	912.690
Equipamentos de comunicação	12	83.776	-	(69.371)	14.405	20.185
Aparelhos e instrumentos cirúrgicos	10	2.828	-	(2.568)	259	416
Biblioteca	10	397	-	(397)	-	-
Equipamentos médicos	9	25.454.268	(674)	(20.185.770)	5.267.824	7.325.966
Equipamentos para medição radiológica	10	154.304	-	(65.956)	88.348	103.022
Equipamentos para digitalização	21	26.244.998	(4.422)	(20.753.908)	5.486.669	8.946.083
Imobilizações em andamento	-	2.137.407	-	-	2.137.407	2.137.407
<b>Total do imobilizado</b>		<b>71.877.066</b>	<b>(9.918)</b>	<b>(54.659.085)</b>	<b>17.208.063</b>	<b>23.154.606</b>

Em cumprimento à Resolução CFC nº 1.177/09, que aprovou a NBC TG 27 - Ativo Imobilizado, a Entidade, desde a primeira adoção da referida norma, vem efetuando revisão e ajuste das vidas úteis econômicas estimadas para o cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado. Para fins dessa análise, e também a do custo atribuído (deemed cost), a Entidade contratou a empresa especializada R2K Serviços e Soluções Ltda., que emitiu Laudo de Avaliação datado em 01 de dezembro de 2017. Para os trabalhos do referido laudo, a Entidade excluiu do escopo da revisão os bens oriundos de contratos de gestão obtidos por verbas de investimentos, visto que tais ativos são depreciados ou amortizados com base no prazo dos contratos (vide nota 12). Além disso, a revisão foi feita considerando a metodologia D10+, que consiste em revisar os ativos de valores mais significativos, os quais representam para a Entidade, na data das demonstrações financeiras, cerca de 65% do total do custo histórico do imobilizado. A elaboração dos sucessivos laudos, desde que a Entidade adotou as novas práticas contábeis, levou em conta os níveis de manutenção e utilização dos bens, elementos comparativos, como tecnologias disponíveis, recomendações e manuais de fabricantes e o estado de conservação dos ativos. A última estimativa de vida útil, de forma comparativa com a anterior, está demonstrada no quadro a seguir, e foi contabilizada de forma prospectiva, conforme Resolução CFC nº 1.179/09, que aprovou a NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:

	Taxa atual (%)	Taxa anterior (%)
Veículos	14	14
Equipamentos de radiologia	9	8
Equipamentos de processamento de dados	27	24
Equipamentos médicos	9	9
Equipamentos para digitalização	21	21

A conciliação dos saldos iniciais com os finais é conforme segue:

	31 de dezembro de 2015	Aquisições	Depreciação ou amortização	Baixas	Provisão para deterioração de ativos	Transferências	31 de dezembro de 2016
<b>Classe de ativos</b>							
Beneficentários em imóveis de terceiros	1.459.753	-	-	-	-	-	618.953
(-) Amortização acumulada	(1.212.453)	-	(82.226)	840.800	-	-	(453.879)
Veículos	165.471	-	-	-	-	-	165.471
(-) Depreciação acumulada	(118.590)	-	(12.431)	-	-	-	(131.021)
Instalações	334.315	-	-	(220)	-	-	334.095
(-) Depreciação acumulada	(125.932)	-	(53.309)	221	-	-	(179.021)
Equipamentos de radiologia	4.956.613	252.642	-	(170.643)	-	-	5.038.611
(-) Depreciação acumulada	(3.573.680)	-	(229.797)	170.644	-	-	(3.632.834)
Equipamentos de processamento de dados	8.170.313	187.235	-	(104.994)	-	-	8.252.554
(-) Depreciação acumulada	(5.391.016)	-	(1.015.476)	102.403	-	-	(6.304.089)
Móveis e utensílios	2.488.266	276.912	-	(152.698)	(534)	-	2.611.946
(-) Depreciação acumulada	(1.656.633)	-	(193.281)	150.658	-	-	(1.699.256)
Equipamentos de comunicação	80.945	5.850	-	(499)	-	-	86.296
(-) Depreciação acumulada	(61.384)	-	(5.226)	499	-	-	(66.111)
Aparelhos e instrumentos cirúrgicos	5.028	-	-	-	-	-	5.028
(-) Depreciação acumulada	(4.329)	-	(283)	-	-	-	(4.612)
Biblioteca	397	-	-	-	-	-	397
(-) Depreciação acumulada	(397)	-	-	-	-	-	(397)
Equipamentos médicos	25.578.149	22.314	-	(48.325)	-	-	25.552.138
(-) Depreciação acumulada	(15.862.227)	-	(2.412.270)	48.325	-	-	(18.226.172)
Equipamentos para medição radiológica	154.304	-	-	(0)	-	-	154.304
(-) Depreciação acumulada	(35.897)	-	(15.385)	0	-	-	(51.282)
Equipamentos para digitalização	26.321.200	53.653	-	(128.809)	-	-	26.246.045
(-) Depreciação acumulada	(13.501.731)	-	(3.927.040)	128.809	-	-	(17.299.962)
Imobilizações em andamento	32.550	-	-	-	-	2.104.857	2.137.407
<b>Total do imobilizado</b>	<b>28.203.033</b>	<b>798.606</b>	<b>(7.946.724)</b>	<b>(4.629)</b>	<b>(534)</b>	<b>2.104.857</b>	<b>23.154.606</b>
Direito de uso de softwares e adiantamentos	12.577.914	67.768	-	-	-	(2.104.857)	10.540.825
(-) Amortização acumulada	(5.911.213)	-	(1.443.854)	-	-	-	(7.355.068)
Marcas e patentes	61.920	33.700	-	-	-	-	95.620
(-) Amortização acumulada	(7.273)	-	(9.020)	-	-	-	(16.292)
<b>Total do intangível</b>	<b>6.721.348</b>	<b>101.468</b>	<b>(1.452.874)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.104.857)</b>	<b>3.265.085</b>

Em 05 de outubro de 2016 foi elaborado o Termo aditivo entre a Atrium Solutions e a Fundação para reduzir a quantidade de equipamentos que faziam parte do contrato firmado em 2014. As baixas correspondentes a essa redução foram efetivadas em março de 2017, e ficaram assim evidenciadas:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<b>Classe de ativos</b>				
Beneficentários em imóveis de terceiros	618.953	-	-	618.953
(-) Amortização acumulada	(453.879)	-	(97.118)	-
Veículos	165.471	-	-	28.409
(-) Depreciação acumulada	(131.021)	-	(10.653)	-
Instalações	334.095	-	-	(112.624)
(-) Depreciação acumulada	(179.021)	-	(37.790)	64.171
Equipamentos de radiologia	5.038.611	980.061	-	(63.820)
(-) Depreciação acumulada	(3.632.834)	-	(387.507)	63.820
Equipamentos de processamento de dados	8.252.554	162.996	-	(41.491)
(-) Depreciação acumulada	(6.304.089)	-	(836.305)	40.423
Móveis e utensílios	2.6			

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - FIDI

A composição da receita diferida é dada:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<b>Passivo circulante</b>		
SEDI 1	1.040.029	2.158.780
SEDI 3	-	-
SMS	-	-
SES-GO	42.566	352.372
Convênios do Ministério da Saúde (a)	250.305	411.578
<b>Total no passivo circulante</b>	<b>1.332.899</b>	<b>2.922.730</b>
<b>Exigível a longo prazo</b>		
SEDI 1	347.651	1.474.472
SEDI 3	-	-
SMS	-	-
SES-GO	-	54.570
<b>Total no exigível a longo prazo</b>	<b>347.651</b>	<b>1.529.042</b>

(a) A Entidade firmou os convênios nºs 776.827/12 e 779.422/12 com a União, sendo esta representada pelo Ministério da Saúde, com vistas ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Os presentes convênios têm por finalidade dar apoio técnico e financeiro para promover a qualificação e a educação permanente dos profissionais da saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), assim como promover a qualificação da gestão do trabalho. Para o cumprimento dos objetivos do convênio, o Ministério da Saúde transferiu recursos à Entidade em conformidade com um plano de trabalho descrito contratualmente. A Entidade, por sua vez, obriga-se a executar o projeto aplicando os recursos vinculados exclusivamente no custeio das atividades e prestando contas dos gastos via Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Sicomv). Os recursos recebidos são mantidos em contas correntes vinculadas cuja movimentação dá-se unicamente via Ordem Bancária de Transferência de Valores (OBTV). Enquanto não utilizados, os saldos são aplicados em instituições oficiais e não ficam disponíveis para a Entidade usar em outra finalidade senão a de custear os convênios (vide nota 6). Para a execução do convênio nº 776.827/12, o montante do repasse foi de R\$ 502.400. O objetivo de tal convênio, estabelecido na proposta técnica, é o da Entidade desenvolver e executar capacitação para profissionais de nível superior (docentes com formação em medicina, psicologia, ciências sociais e assistência social) por meio de cursos sobre o tema tabagismo. Já o convênio nº 779.422/12 o repasse foi de R\$ 2.558.464. O objetivo, estabelecido na proposta técnica, é o da Entidade desenvolver e executar capacitação para profissionais de nível superior (docentes com formação em medicina, psicologia, ciências sociais e assistência social) por meio de cursos sobre o tema mamografia. A contrapartida dos valores foi feita no passivo, na rubrica receita diferida, e estão sendo reconhecidos como receita à medida que os serviços são prestados. Em abril de 2017 foi encerrado o convênio 779.422/12, Mamografia, com prestação de contas e retorno de saldo dos repasses. A conciliação do saldo inicial com o final da receita diferida é:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<b>Receita diferida em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>4.451.772</b>
(+) Transferência da conta recursos de investimentos PMSF	-	-
(+) Atualização Sicomv	-	-
(+) Constituição	(347.017)	-
(+) Ajuste saldo subvenção do SEDI 1	-	-
(-) Reconhecimento ao resultado como receita	(2.424.205)	-
(-) Reconhecimento ao resultado como compensação de despesa	-	-
<b>Receita diferida em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>1.680.550</b>

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram os seguintes efeitos da subvenção no resultado da Entidade:		
<b>Efeito líquido no resultado</b>		
Depreciação dos ativos do SEDI 1	(2.059.828)	(2.988.223)
Depreciação dos ativos do SEDI 3	-	-
Depreciação dos ativos da SMS-SP	-	-
Depreciação dos ativos da SES-GO	(364.377)	(1.840.442)
Receita diferida do SEDI 1 reconhecida ao resultado	2.059.828	2.988.223
Receita diferida do SEDI 3 reconhecida ao resultado	-	-
Receita diferida da SMS-SP reconhecida ao resultado	-	-
Receita diferida da SES-GO reconhecida ao resultado	364.377	1.840.442
Receita diferida do MS reconhecida ao resultado	-	251
<b>Efeito líquido no resultado</b>		<b>251</b>

13. COMPRA FINANCIADA DE ATIVOS

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	Vencimento
<b>Equipamentos e capital de giro</b>			
Arrendamento mercantil financeiro sistema Atriam	-	40.414	agosto de 2017
Tomógrafo Bright Elite	-	92.073	abril de 2017
Ressonância Magnética - Magnetom Skyra 3T	-	2.116.033	julho de 2018
Capital de Giro	2.350.000	-	maio de 2022
Capital de Giro	500.000	-	setembro de 2022
Capital de Giro - Provisionamento de juros	638.466	-	-
<b>Total</b>	<b>3.488.466</b>	<b>2.248.520</b>	-

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Prazos dos financiamentos:		
Circulante	673.916	1.359.274
Não circulante	2.814.550	889.245
<b>Total</b>	<b>3.488.466</b>	<b>2.248.520</b>

As compras financiadas de ativos estão demonstradas a seus valores presentes na data das demonstrações financeiras, conforme preconiza a Resolução CFC nº 1.151/09, que aprovou a NBC TG 12 – Ajuste a Valor Presente. A Entidade antecipou a liquidação da compra financiada da ressonância magnética em maio de 2017. Os juros são reconhecidos no resultado pelo regime de competência. O montante de variação cambial reconhecido como despesa no resultado do período de 2017 foi de R\$ 139.688 (receita de R\$ 385.132 em 2016). A conciliação do saldo inicial com o final é assim apresentada:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>2.248.520</b>
Variação cambial	139.688	-
Captação de novos financiamentos	2.850.000	-
Captação de arrendamento mercantil	-	-
Juros e comissões dos financiamentos	(214.801)	-
Juros dos arrendamentos mercantis	-	-
(-) Pagamentos de financiamentos	(2.259.047)	-
(-) Pagamento de arrendamentos mercantis	(40.414)	-
Provisão de juros sobre financiamentos	764.521	-
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>3.488.466</b>	

14. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Empréstimos conta garantida	-	60.000
Serviços médicos e técnicos a pagar	13.249.413	13.589.611
Fornecedores de insumos, equipamentos e serviços	19.538.044	16.183.997
Coordenadoras e setores do Departamento de Diagnóstico por Imagem (DDI-Unifesp)	97.519	102.552
<b>Total</b>	<b>32.884.976</b>	<b>29.936.160</b>

15. SALÁRIOS, ENCARGOS E CONTRIBUIÇÕES

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Encargos sociais a recolher	2.039.416	1.374.110
Salários a pagar	4.775.714	4.361.798
Descontos na folha de pagamento	172.984	146.610
<b>Total</b>	<b>6.988.114</b>	<b>5.882.518</b>

16. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS: A Entidade é parte envolvida em processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista em andamento e que envolvem responsabilidades contingentes. Tais processos, cujo risco de perda foi classificado pelos assessores jurídicos da Entidade, encontram-se em fase de defesa administrativa ou trâmite na esfera judicial. Provisão para contingências trabalhistas no montante de R\$ 1.214.791 para cobrir possíveis perdas de processos trabalhistas em andamento, está constituída nesse valor desde 2016. Em 2007 foi impetrado o Mandado de Segurança nº 2007.61.00.007879-3, para o qual a União (Receita Federal do Brasil (RFB)) interps recurso de apelação. Como a ação encontrava-se em fase de julgamento, e sem data prevista, em 2009, foi constituída uma provisão de R\$ 5.880.000 referente à notificação fiscal de lançamento de débito nº 37.063.204-4, emitida em 18 de maio de 2007 pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). A administração da Entidade, com base na opinião de seus assessores jurídicos, optou por interromper a provisão em setembro de 2015, que perfaz o montante de R\$ 29.348.584. Em 2015 a Fundação é autora no processo 002205-88.2015.4.03.6100 de ação de reconhecimento da inexistência da relação jurídico-tributária com a União quanto ao recolhimento da contribuição ao PIS, bem como a restituição dos valores indevidamente recolhidos a esse título nos últimos cinco anos por se tratar de entidade beneficente. A Fundação constitui mensalmente provisão em valor equivalente ao recolhimento em juízo, durante o andamento do processo. A composição das contingências é conforme segue:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<b>Provisões</b>		
Trabalhistas	1.214.791	1.214.791
Previdenciárias	29.348.584	29.348.584
Cíveis	306.886	306.886
Tributárias	2.178.163	1.357.283
<b>Total</b>	<b>33.048.424</b>	<b>32.227.544</b>

A conciliação dos saldos iniciais com os finais é dada:

	Em 31 de dezembro de 2015	Em 31 de dezembro de 2016	Em 31 de dezembro de 2017
<b>Constituição (reversão)</b>			
Trabalhistas	1.208.638	1.214.791	1.214.791
Previdenciárias	29.348.584	29.348.584	29.348.584
Cíveis	306.886	306.886	306.886
Tributárias	633.150	1.357.283	1.357.283
<b>Total</b>	<b>31.497.257</b>	<b>32.227.544</b>	<b>33.048.424</b>

Os processos trabalhistas em que a Entidade é ré e cujas classificações de risco foram julgadas como de perda possível totalizam, em 31 de dezembro de 2017, R\$ 937.290. Os processos administrativos em que a Entidade é ré e que foram julgados como sendo de perda possível podem ser aqui resumidos: • Dispensa de licitação e contrato objetivando a prestação de serviços de assistência à saúde de forma complementar ao SUS na área de diagnóstico por imagem, incluindo locação, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e insumos, destinados a atender demanda eletiva, hospitalar e de urgência/emergência de acordo com as normas do SUS. Os processos trabalhistas em que a Entidade é autora e que foram considerados como prováveis de a Entidade ganhar na justiça (ativos contingentes) são aqui resumidos: • Ação de repetição de indébito contra a União Federal: Objetivando restituição dos valores indevidamente recolhidos a título de COFINS, nos últimos dez anos, por ser a Entidade uma instituição beneficente de assistência social, nos termos do art. 195, da Constituição Federal (CF), combinado com o art. 14 do Código Tributário Nacional (CTN). Mensuração de valor em 31 de dezembro de 2017: R\$ 1.169.106. • Processo administrativo junto à Receita Federal do Brasil: Pedido de isenção de contribuições previdenciárias, nos termos da Instrução Normativa (IN) SRP 03, de 14 de julho de 2005. • Mandato de segurança junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo: Desembargo de equipamentos importados pela Entidade sem o recolhimento do ICMS, haja vista a Entidade ser imune ao referido tributo. Mensuração de valor em 31 de dezembro de 2017: R\$ 301.725. • Ação declaratória de repetição de indébito junto a União Federal: Reconhecimento da inexistência da relação jurídico-tributária com a União quanto ao recolhimento da contribuição do PIS, nos termos do art. 195, § 7º da Constituição Federal (CF), combinado com o artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN): R\$ 2.370.334. **17. PATRIMÔNIO SOCIAL:** O patrimônio social é apresentado em valores históricos e compreende sua dotação inicial, acrescido do superávit ou decréscimo do déficit ocorrido nos períodos, bem como pelas variações do ajuste de avaliação patrimonial. **18. RECEITA:** A reconciliação da receita bruta com a receita líquida é conforme segue:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Receita com exames radiológicos	308.143.694	309.056.174
Reembolsos	-	(175)
Receita de reequilíbrio financeiro	-	-
Receita de convênios com o Ministério da Saúde	-	251
Outras receitas	-	-
Receitas de cursos	-	127.145
Receita Contrato Operacional de concessão	1.875.000	1.875.000
(-) Deduções da receita (glosas)	(703.587)	(615.746)
<b>Total</b>	<b>309.315.106</b>	<b>310.442.650</b>

19. OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) ADMINISTRATIVAS, LÍQUIDAS

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Consultorias técnicas, assessoramento e honorários	(17.687.190)	(11.391.797)
Manutenções gerais, peças e reparos	(1.620.650)	(1.229.348)
Despesas de locomoção	(1.654.765)	(1.415.792)
Aluguéis diversos	(2.489.324)	(1.255.619)
Despesas de infraestrutura administrativa (água, luz, condomínios, segurança, etc.)	(742.400)	(871.694)
Materiais administrativos	(1.118.090)	(657.237)
Materiais de limpeza, higiene e copa	(153.700)	(169.863)

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Despesas de comunicação	(607.913)	(660.946)
Períodos, cópias, encadernações e demais materiais gráficos	(25.316)	(22.859)
Despesas de divulgação, eventos e publicidade institucional	(778.791)	(488.571)
Prêmios de seguros	(140.089)	(175.580)
Despesas tributárias, cartoriais, de representação, legais, moratórias e indenizatórias	(1.085.352)	(1.122.577)
Despesas (e reversões) de provisão para crédito de liquidação duvidosa	(5.098.681)	178.629
Perdas com títulos baixados	(758.095)	(2.799.246)
Resultado na baixa de ativos, despesas com bens de valor irrelevante e outros	(85.815)	(26.347)
Provisão (reversão) para deterioração de ativos	-	(534)
Reversão de provisão para contingências	-	-
Recuperação de despesas e outros resultados	91.702	(2.151.756)
<b>Total</b>	<b>(33.954.469)</b>	<b>(24.261.139)</b>

20. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA: CARACTERÍSTICA, REQUISITOS E MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO DO CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS): CONTEXTO - A Entidade é imune à incidência de tributos sobre resultados, patrimônio, renda e serviços, haja vista o art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195º, parágrafo 7º, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. A Entidade também possui decisão judicial transitada em matéria, oriunda do mandato de segurança nº 0028729-45.2003.4.03.6100, que reconheceu imunidade em relação à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Finalmente, de acordo com Agravo Regimental em Recurso Ordinário em Mandado de Segurança - Entidade de Assistência Social, Imunidade, em 10 de maio de 2011, conclui-se que a Entidade é imune à contribuição ao INSS (cota patronal). **CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE** - A Entidade é uma instituição sem fins lucrativos e econômicos, conforme previsto no artigo 9º do Código Tributário Nacional (CTN) e, por isso, é imune e usufrui das seguintes características: i) a instituição da imunidade é regida pela Constituição Federal; ii) a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional; iii) não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária); iv) não há o direito (Governo) de instituir nem cobrar tributo. **REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA** - O artigo 14º do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária e esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade, sendo que o seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (demonstrações financeiras, diário e razão). A Entidade declara: i) não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; ii) aplicar integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; iii) manter a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. **CARACTERÍSTICA DA TITULAÇÃO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS) E MUDANÇA NA SUA LEGISLAÇÃO** - A Entidade é uma instituição sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12º da Lei nº 9.532/97 e no artigo 1º da Lei nº 12.101/09. Por isso é reconhecida como entidade beneficente de assistência social, no qual usufrui das seguintes características relacionadas à isenção fiscal: i) a isenção é regida por legislação infraconstitucional; ii) a isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não forem cumpridas as situações condicionadas em Lei (contrapartida); iii) existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas não existe a obrigação de pagar o tributo; iv) há o direito, por parte do Governo, de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido. A Lei 12.868, de 15 de outubro de 2013, alterou o artigo 29 da Lei 12.101/09, que passou, então, a permitir a remuneração de dirigentes estatutários e diretores não estatutários, sob certos limites de valor emanados na própria alteração legal. Com base nessa mudança, a Entidade decidiu passar a remunerar sua diretoria estatutária. Para tanto, alterou seu estatuto em reunião de seu Conselho Curador ocorrida em 11 de março de 2014. A remuneração global da diretoria e jetons aos membros do conselho curador, durante o exercício de 2017, totalizou R\$ 653.678 e a despesa foi contabilizada na demonstração do resultado do período na rubrica salários e encargos, do grupo despesas administrativas e outras despesas (receitas) operacionais. **REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA TITULAÇÃO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** - Entidade cumpre os seguintes requisitos: **ESTATUTÁRIOS** - • Remunera seus diretores estatutários dentro dos parâmetros estabelecidos pela Lei 12.868/13, de 15 de outubro de 2013, que alterou o artigo 29 da Lei 12.101/09. • Aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais. • Não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto. • Atende ao princípio da universalidade do atendimento, no qual são direcionadas suas atividades exclusivamente para o público atendido. • Tem previsão, nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas. **OPERACIONAIS E CONTÁBEIS** - • Possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e certificado de regularidade da Função de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). • Mantém sua escrituração contábil regular que registra as receitas e as despesas, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). • Conserva, em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial. • Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária. • Elabora as demonstrações financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC). **21. SEGUROS CONTRATADOS:** A Entidade mantém cobertura de seguros para eventuais riscos sobre seus ativos, em montante suficiente, conforme segue:

Ramo	Importâncias seguradas em 2017
Patrimonial	4.170.000
Responsabilidade civil	34.115.524
Equipamentos	3.000.000
Veículo	300.000
<b>Total</b>	<b>41.585.524</b>

**22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:** As aplicações financeiras são substancialmente realizadas por prazos e taxas que refletem as condições usuais de mercado. Os valores de mercado dos empréstimos e demais instrumentos ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não diferem substancialmente daqueles registrados nas demonstrações financeiras. A Entidade declara não possuir instrumentos financeiros derivativos por decisão interna da administração. **23. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA):** A demonstração do valor adicionado (DVA) objetiva a apresentação de informações econômicas referentes à criação (ou não) de valores pela Entidade e a distribuição desses valores para todos os agentes econômicos que contribuíram no processo de geração dos montantes. A base da elaboração dessa peça contábil é a demonstração do resultado do exercício (DRE). **24. SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO:** O superávit do exercício de 2017 será incorporado ao patrimônio social, em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro. **25. TRABALHO VOLUNTÁRIO:** Conforme determinado na Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade não identificou trabalhos voluntários por ela recebidos durante o exercício de 2017.

São Paulo, 08 de março de 2018.

Dr. Roberto Gomes Nogueira

Diretor

Dr. Marcos Hideki Idagawa

Diretor Adjunto

José Luiz de Santana

Contador - CRC nº ISP212264/0-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico Por Imagem (FIDI) ("Entidade"), cumprindo suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as demonstrações financeiras da Entidade elaboradas de acordo com a legislação vigente e relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. As demonstrações são compostas por: balanço patrimonial, demonstração do resultado do período, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos

fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do parecer de auditoria independente. Os conselheiros opinam no sentido de que tais demonstrações traduzem com propriedade a posição patrimonial e financeira do requerido contrato de gestão e que estão em condições de merecer a aprovação do Conselho Curador em reunião Ordinária. São Paulo, 11 de abril de 2018. Sr. André Luiz Fernandes Sá; Sr. Euben Silveira Monteiro Junior; Sr. Vivian Milani.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

Ilmos. Srs. Diretores e Conselheiros da Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem - FIDI. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico Por Imagem - FIDI que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do superávit do exercício, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico Por Imagem - FIDI em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** 1. **Auditoria dos valores correspondentes:** Emitimos nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico Por Imagem - FIDI relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em 31 de março de 2017 sem modificações. 2. **Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Fundação, que optou pela apresentação que é referida pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas e, como informação suplementar pelas normas internacionais de contabilidade - IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nosso

objetivo é obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser